

O lugar dos excluídos em uma São Luís em ruínas: um olhar sobre o romance *Vencidos e Degenerados*

José Dino Costa Cavalcante¹
Paloma Veras Pereira²

RESUMO

O presente artigo, com base no romance *Vencidos e Degenerados* (1915), do escritor José do Nascimento Moraes, expõe um olhar acerca do cotidiano dos *excluídos* em uma São Luís perpassada pelo decaimento social. Para tanto, discorreremos acerca de dois eixos analíticos: a abolição da escravidão dos negros e mulatos e o posterior *lugar* e discursos em torno deles, bem como os embates em relação ao desenvolvimento das letras fomentado pela *arraia miúda* – intelectuais que, devido à posição que ocupam no seio social e à falta de investimentos para permanecer no torrão natal – veem-se cerceados quanto ao ofício de escrever e divulgar suas ideias. É importante ressaltar que a narrativa insere-se no período de *revivência intelectual* idealizado pelo grupo dos *Novos Atenienses*, o qual se destacou pelo desejo de reavivar o mito da *Atenas Brasileira*.

Palavras-chave: Excluídos. Novos Atenienses. Literatura e sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Nascido sob um panorama inglório e de decadência da São Luís do início do século XX, o romance *Vencidos e Degenerados* (1915), do escritor e jornalista José do Nascimento Moraes, traz a lume um enredo em que a maioria dos personagens – os excluídos – convive em um espaço marcado pelo atraso social e pela falta de perspectiva, embora tenham vivenciado um breve momento de expectativas de mudança no quadro social após a oficialização da liberdade através da Lei Áurea. Nesse sentido, tendo por princípio a simbólica data de *13 de maio de 1888*, um dos aspectos mais emblemáticos da obra concerne à descrição, sob um ponto de vista negativo, dos modos de vida dos negros e mulatos escravizados assim que ocorreu esse fato, bem como a dificuldade de convivência entre eles e os que detinham o poder econômico e o capital cultural prestigiado socialmente.

Na cidade vencida construída por Nascimento Moraes, a intelectualidade produzida pelos menos abastados da sociedade é perpassada pelo cerceamento e pelas dificuldades de produção, difusão e circulação, isso porque, criticando acerbamente a estrutura decrépita e a falta de investimento real para ocasionar a mudança e, sobretudo, apontando os velhos estigmas e preconceitos, os que se propunham a refletir e repensar o quadro social vigente não encontravam meios para operar as transformações necessárias.

1 Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

Diante desse cenário, é relevante mencionarmos que o teor ácido da obra apresenta uma intrínseca relação e diálogo com uma série de produções – literárias, jornalísticas, historiográficas – que configuraram o arcabouço das letras no período de transição entre os séculos XIX e XX ao apresentar como um dos principais temas o discurso da decadência experimentado e arraigado no imaginário social da época. Esse discurso, que figura como um marco na memória do Maranhão, desenvolveu-se por meio de várias esferas, a exemplo da falta de base sólida na economia, das difíceis relações e condições de trabalho, na segregação étnica e ainda na dificuldade encontrada para o florescimento literário.

No que concerne ao último aspecto, ao longo da Primeira República, o grupo autodenominado *Os Novos Atenienses* surge e firma-se no seio social como uma geração de pensadores cujo intuito era reatar e manter a aliança de uma tradição de intelectualidade e destaque construída em torno daqueles que fizeram parte da chamada *Atenas Brasileira*. Cabe pontuarmos que, perpassados por atravessamentos sócio-históricos díspares, essas duas gerações encontram como ponto de congruência o paradoxo entre a opulência e o decaimento, pois enquanto os Atenienses desenvolveram-se durante a *Idade de Ouro do Maranhão* – em plena efervescência de projetos desenvolvimentistas para o estado – os seus sucessores viram essas bases serem derrubadas e o franco declínio acontecer.

Nascimento Moraes, partícipe da juventude combativa e reflexiva dos Novos Atenienses, apresenta na obra *Vencidos e Degenerados* a dificuldade para se viver em um local eivado de mazelas no plano moral, material e intelectual. Nessa ótica, o romance possibilita-nos vislumbrar um diálogo entre literatura e sociedade, visto que, para elaboração do *estético*, há, conforme Candido (2006), uma relação com os elementos externos – os fatores sociais – os quais não devem ser vistos como causa ou significado do fazer literário, mas sim como constituintes que corroboram em sua arquitetura.

Dessa forma, é objetivo deste estudo analisar o cotidiano dos *excluídos* na narrativa de *Vencidos e Degenerados*, considerando para essa categoria alguns personagens – Andreza, Zé Catraia, João da Moda e Domingos Daniel Aranha – que simbolizam os ex-cativos e seus desdobramentos na sociedade pós-abolição. Da mesma maneira, pretendemos expor como ocorria o desenvolvimento da atividade intelectual difundida por aqueles – João Olivier, Cláudio Olivier e Carlos Bento Pereira – cuja voz não alcançava ressoar no bojo social.

Para tanto, a primeira abordagem – a partir de Compagnon (2001), Candido (2006) e Lukács (2010) – diz respeito à discussão erigida em torno da relação entre a literatura e mundo e sua representação no arcabouço do romance. Em seguida, com base em Martins (2006), Lobo (2008) e Leão (2013), discorreremos sobre a formação dos Novos Atenienses e a proposta de renovação literário-cultural por eles estabelecida, assim como a diferença entre o cenário social para sua criação e aquele em que se estabeleceu os Atenienses. Por fim, analisamos os *excluídos* da narrativa de Nascimento Moraes em meio a uma São Luís depauperada.

2 A RELAÇÃO ENTRE A LITERATURA E O MUNDO NA TESSITURA DO ROMANCE: UM DIÁLOGO CONSTANTE

No escopo dos estudos literários, muitas são as indagações e os questionamentos acerca de como proceder para compreender a arte literária e seus desdobramentos. As tradicionais perspectivas

da crítica e mesmo das teorias que fundamentam a(s) análise(s) da literatura, não raro, levam-nos a refletir sobre perguntas corriqueiras, como *o que tomamos por base quando o objeto é ficcional?* ou ainda *qual a concepção de literatura para o analista?*. Nesse sentido, Compagnon (2001), ao realizar o preâmbulo de *O demônio da teoria: literatura e senso comum*, discorre que:

[...] todo discurso sobre a literatura, todo estudo literário está sujeito, na base, a algumas grandes questões, isto é, a um exame de seus pressupostos relativamente a um pequeno número de noções fundamentais. Todo discurso sobre a literatura assume posição – implicitamente o mais das vezes, mas algumas vezes explicitamente. (COMPAGNON, 2001, p.25).

As “noções fundamentais” dizem respeito às relações entre aquilo que o autor chama de *elementos indispensáveis* para que haja literatura, dentre os quais estão a *literariedade*, a *intenção*, a *representação* e a *recepção*, que, respectivamente, concernem à literatura *per se*, ao autor, ao mundo e ao leitor. Diante disso, Compagnon reitera que a análise da literatura deve ser perpassada pelo olhar teórico-científico, não com base no que chama de *senso comum*.

Ainda assim, é necessário sabermos que “Em matéria de crítica literária [...] todas as palavras que conduzem a categoria são armadilhas” (COMPAGNON, 2001, p.24), isto porque, muitas vezes, uma *visada* teórica surge como antípoda aos pressupostos já estabelecidos por outra. Caso clássico e emblemático, nesse sentido, refere-se a quando pomos em pauta se *a literatura é um campo em si*, ou seja, concerne aos fatores da linguagem e da estética ou se *a arte literária mantém uma indissolúvel ligação com o mundo*, isto é, se a referencialidade pode ser vista como um teor constitutivo e explicativo da literatura. A respeito dessa discussão, Candido (2006) aponta para um quadro que perdurou por anos nos estudos literários:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão. (CANDIDO, 2006, p.13).

A partir de quais pressupostos, então, podemos refletir sobre esse ponto? A literatura, conforme a proposta de Jakobson e outros teóricos, a exemplo de Barthes, é *autorreferencial/autotélica* ou, com base no tradicional conceito de *mimêsis*, seria *uma imitação/representação da natureza*? Compagnon (2001), discorrendo sobre o cerne das referidas questões aponta que Roman Jakobson, distinguindo seis funções linguísticas (cujos centros são o emissor, a mensagem, o destinatário, o contexto e o contato), afirmou que a função poética, prevalecendo sobre a referencial, está diretamente relacionada à literatura, já que a *mensagem* seria seu ponto nevrálgico. Por sua vez, o autor cita que a *mimêsis*, a partir da *Poética* de Aristóteles, “é o termo mais geral e corrente sob o qual se conceberam as relações entre a literatura e a realidade” (COMPAGNON, 2001, p.97), constituindo-se como o marco sobre o qual repousa o ideário de verossimilhança em relação ao sentido natural (*eikos*, o possível), à cultura (*doxa*, a opinião) e, sobretudo, à “representação de ações humanas pela linguagem.” (Idem, p. 104).

De forma *conciliatória*, após percorrer uma vasta discussão sobre “O Mundo”, Compagnon assinala que seria infrutífero pensar nas duas dimensões teóricas apresentadas de forma estanque, não dialógica. Por isso, pontua que “[...] o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela

fale também do mundo”. (COMPAGNON, 2001, p.126). Na mesma perspectiva, sob o ponto de vista contemporâneo, Candido corrobora ao afirmar que:

[...] a integridade da obra [...] só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. (CANDIDO, 2006, p.13-14).

Sendo assim, a literatura, enquanto lugar de produção e efeitos de sentidos, é uma “língua carregada de significados” (POUND, 1997, p. 32), da qual emerge, às vezes, uma tênue e importante relação com os aspectos da vida em sociedade. Portanto, o texto ficcional é tido como lugar de inscrição dos conflitos históricos, do atravessamento do ideológico, da manifestação da memória coletiva que perpassa o fio das eras, constantemente ressignificado pelas (re)configurações das práticas sociais e discursivas plasmadas em forma de arte, a qual:

[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte. (CANDIDO, 2006, p. 30).

A partir do diálogo entre literatura e sociedade, o texto ficcional encontra no romance uma das mais profundas e prolapadas formas do fazer literário. Schüller (1989, p. 6) destaca que “o romance retratou, desde o começo, conflitos individuais e a vida cotidiana”, ora se aproximando, ora indo de encontro às pretéritas formas de composição literária. O autor afirma ainda que “o romance toma, ao nascer, consciência da transformação” (Idem, p. 5).

Enquanto fruto de uma transformação e de uma *problemática*, o romance é palco de muitos enredos em que se apresentam os conflitos existenciais, sociais e morais de seus personagens que, não raro, possibilitam-nos vislumbrar e refletir sobre como grandes sistemas sociais e suas rachaduras são descritas em vias literárias. Acerca da tessitura do romance, Lukács (2000) pontua:

O romance é a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade. (LUKÁCS, 2000, p. 55).

Percebemos que a natureza do romance não é o equilíbrio, visto que é o espaço no qual a humanidade conhece o rompimento da harmonia. O mundo apresenta-se como uma incoerência e os sujeitos – os heróis do cotidiano – tentam, em um contexto heterogêneo, buscar sua “totalidade” em meio a fragmentos. Temos, nesse sentido, o romance como uma obra que parte do autor, a qual repercute e atua no imaginário do leitor a partir das associações e inferências realizadas diante das dimensões históricas que se mesclam e são ressignificadas. O “acabamento” da obra literária, neste caso, dá-se junto do impacto ao público, pelas tensões sociais que suscita ou ainda pelo fato de reverberar uma crítica ou alusão aos costumes de uma época. Nessa ótica:

Os novos estilos, os novos modos de representar a realidade não surgem jamais de uma dialética imanente das formas artísticas, ainda que se liguem sempre a formas e estilos do passado. Todo novo estilo surge da vida, em consequência de uma necessidade histórico-social, e é um produto necessário da evolução social. (LUKÁCS, 2010, p. 157).

Observamos que “a necessidade histórico-social”, ao lado de fatores oriundos da linguagem, está acoplada às novas formas do fazer literário. Convém assinalar, nessa atmosfera, que a dimensão histórico-social desempenha dado papel na constituição do sentido da arte literária e isso é relevante para observarmos que a linha intermediadora entre literatura e sociedade é tênue, visto que o texto ficcional, ora de forma nítida, ora de maneira turva, apresenta os fatores de ordem social como fundamentais na construção estética.

3 OS NOVOS ATENIENSES E A *REVIVÊNCIA INTELLECTUAL* NO MARANHÃO

A história de um povo realiza-se por meio de feitos ocorridos em diversos âmbitos e, à medida que os acontecimentos perfazem uma trajetória, pode ser que alguns caiam no esquecimento e outros perdurem, enraizando-se no imaginário social, tornando-se, pois, um símbolo da identidade para uma cultura. Nesse sentido, no tocante ao panorama literário no Maranhão, a simbologia erigida em torno da atuação do Grupo Maranhense e de uma ampla participação de *homens-semióforos*, legou à sociedade a formação do “epíteto de Atenas Brasileira para São Luís” (MARTINS, 2006, p.57), o qual seria força motriz para discussões, estudos e constantes rememorações sobre como a construção desse ideário surgiu, quais causas estão em torno dele e como ele sobrevive em um estado marcado pelo depauperamento social, mas que encontra em fatos como esse um elo entre um passado glorioso e um presente que também é significado através dele.

Questionamentos como esses estão na base da reflexão quando pensamos na atuação dos Novos Atenienses – intelectuais cujo objetivo foi “restabelecer a dignidade do mito ateniense, seriamente ameaçado pela descontinuidade geracional, [...] pelas contingências materiais, que envolveram seus membros mais destacados” (MARTINS, 2006, p.57). Marcados pelo lapso temporal da última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, esse grupo surgiu a partir de uma “crise” no que se refere à continuação do panorama literário maranhense em âmbito local, isso porque muitos dos intelectuais nascidos nessa terra, por não encontrarem meios para desenvolverem-se (a exemplo de Aluísio Azevedo, Artur Azevedo e Coelho Neto), viram-se impulsionados a buscarem em outros berços formas para exercer e divulgar seus trabalhos, mantendo, assim, a tradição literária de maranhenses no cenário nacional. Dessa forma:

Basta-nos, pois, deixar assinalado que vida literária local absolutamente a não tínhamos e que, se continuávamos condignamente representados, na cultura geral brasileira, não era absolutamente pelo que aqui fazíamos, e sim pelo que na capital do país operavam escritores maranhenses, muito cedo emigrados da terra natal, em busca de campo mais propício às múltiplas expansões da sua atividade espiritual.

Eram esses os depositários fiéis das nossas tradições, os continuadores impertérritos da grande obra do nosso passado, os herdeiros diretos do nosso nome literário, os únicos que nos asseguravam ainda incontestado direito ao realçante cognome Atenas Brasileira. (LOBO, 2008, p.36-37).

As palavras de Lobo (2008) apresentam o estado de letargia experimentado após a ida de grandes intelectuais, os quais marcaram a segunda geração de letrados no/do Maranhão, bem como o tom saudosista para com aqueles que foram os formadores da Atenas Brasileira. Nesse sentido, os Novos Atenienses, com o discurso da decadência como mote, contribuíram para emergência de um revigorado cenário literário para o Maranhão, em especial para São Luís enquanto centro difusor dessa proposta. Assim,

Aos anos de apatia e de marasmo, que se seguiram à brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste Estado, nos meados do século findo, e que ficará marcando, para honra e glória nossa, uma das épocas mais fulgentes da vida intelectual brasileira, substitui-se, afinal, **uma fase franca de revivência intelectual** que, desde o seu início, vem progressivamente caminhando, cada vez mais acentuada e vigorosa, **destinando-se a reatar as riquíssima tradições das nossas letras, que a muitos se afiguravam já totalmente perdidas**. (LOBO, 2008, p.23-24, grifos nossos).

Convém mencionarmos que “a fase franca de revivência intelectual” deu-se em meio a um contexto histórico perpassado por grandes abalos e fissuras sociais, os quais foram frutos de uma radical mudança na tessitura econômica e nas relações entre os que compunham a sociedade maranhense no século XIX e princípios do século XX. Dessa forma, ressaltamos que, quanto à esfera da economia, a historiografia maranhense aponta que o estado, por muito tempo, “vivera um longo período de indigência em que a colonização, ou se fundia e se confundia com a gentilidade, ou com ela convivia numa experiência de quase completa barbárie” (MARTINS, 2006, p.29).

Esse quadro de abandono e falta de perspectivas de mudanças é redesenhado a partir da segunda metade do século XVIII quando por meio dos planos estruturais e econômicos do Marquês de Pombal, em 1755, é instituída a *Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará*, a qual transforma a realidade econômica maranhense em um período auspicioso e próspero. Com o uso da força de trabalho dos escravos, implementou-se uma base agroexportadora nunca antes experimentada de forma tão latente no Maranhão.

Com uma sólida aliança entre Portugal, durante o período do império, e o estado, o cultivo do algodão, ao lado de outras culturas, como a rizicultura, legou uma *Idade de Ouro* à província do Maranhão. Nesse cenário, São Luís despontou como uma das principais cidades portuárias da época. Esses fatores propiciaram o fortalecimento de uma elite econômica local, formada por portugueses, seus descendentes nascidos no Brasil e os brasileiros natos, geralmente fazendeiros e comerciantes.

Este período de prosperidade perdurou ao longo de mais de meio século, alterando radicalmente a feição e as condições de vida da população maranhense e refletindo, sobretudo, em sua formação sociocultural, uma vez que os excedentes gerados pela economia local permitiram o surgimento de uma abastada “elite” econômica, política e cultural no Maranhão, que teve assim o privilégio de formar quadros intelectuais importantes, originando assim o mito da *Atenas Brasileira*. (LEÃO, 2013, p. 311).

Não obstante, essa simbologia áurea é reconfigurada no século XIX depois de uma sucessão de acontecimentos que enfraqueceram *as bases de barro* da economia maranhense: a ampla discussão em torno da escravidão negra, que culminou com a abolição da escravatura, foi um “golpe” em uma sociedade alicerçada nesse tipo de mão de obra; a concorrência comercial algodoeira com os Estados Unidos, recuperados da crise pela qual passavam; os métodos retrógrados empregados na produção de elementos agrícolas; a própria Independência do Brasil, que não *favoreceu* o contato econômico-cultural com a coroa portuguesa são apenas alguns motivos que esmaeceram aquilo que havia se estabelecido durante a vigência da Companhia de Comércio. Nessa ótica, o binômio prosperidade-decadência é um dos marcos na história econômica do Maranhão:

Vale dizer, a origem da *decadência* está atrelada à *prosperidade* e, portanto, é preciso delimitar o período anterior ao fenômeno da *decadência*, correspondente à *prosperidade* da região. [...]. Deste modo, em oposição ao período de declínio, o agenciamento de um período

de riqueza e prosperidade atua como elemento de orientação do discurso e conduz, inevitavelmente, à constatação da existência de uma chamada “Idade de Ouro da lavoura”. (LEÃO, 2013, p.325-326).

Nesse panorama, não só o marasmo literário foi pano de fundo durante o período de atuação dos Novos Atenienses, mas também o cenário de decaimento nas instâncias moral – permanência da desigualdade social e do preconceito étnico – e material – já que a principal fonte econômica maranhense da época, a agricultura, passava por um clima de instabilidade e falta de mão de obra. Sobre o “ideário da decadência” e o desenvolvimento dos intelectuais da época, Martins (2006) apresenta que:

[...] esses intelectuais maranhenses viviam, por um lado, uma angustiante sensação de impotência diante da “tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e material”. Por outro, buscavam reunir as últimas forças disponíveis e predispostas para intervir significativamente nessa realidade movediça. Assim, é que como diziam, remando contra a maré encetaram um conjunto de ações que, no marco indicado, tinha como vetor arrancar o Maranhão do “letargo”, da “tristíssima e caliginosa noite”, que o recobria [...] é possível distinguir como resultados dessa iniciativa: 1) uma produção intelectual ponderável; 2) um conjunto apreciável de periódicos e editores que dava publicidade a essa obra; 3) uma produção institucional significativa; e 4) a realização de eventos fundamentais para integrá-los. (MARTINS, 2006, p.22-23).

A “produção intelectual ponderável” diz respeito à atuação de homens que, a partir de um olhar crítico sobre a sociedade e de feitos para dar-lhe novos contornos, difundiram amplas ideias sobre a realidade local e suas rachaduras, as quais foram evidenciadas em folhetins, romances, crônicas, nos jornais, entre outros meios de difusão. Assim, dentre os que participaram da “Nova Atenas”, citamos aqueles que se tornaram símbolos para essa geração e para o “descortinar” da decadência local: Manuel de Béthencourt – professor de Filosofia do Liceu, o qual foi “um dos espíritos mais lúcidos e cultos” da época (LOBO, 2008, p.38), Antônio Francisco Leal Lobo, que em 1909 lançou *Os Novos Atenienses (Subsídios para a história literária do Maranhão)*, no qual há o intuito para o nascimento do grupo que nomeia o livro, Raul Astolfo Marques, Raimundo Lopes da Cunha, Manuel Francisco Pacheco (Fran Paxeco) e José do Nascimento Moraes, um dos mais efusivos partícipes dessa geração de intelectuais, um jornalista e escritor que traz ao cenário literário maranhense o romance, também chamado pelo autor de crônica maranhense, *Vencidos e Degenerados*, em 1915. A esse cabedal de escritores, acrescentamos o fato de que aspectos “materiais” também fizeram parte dessa “ressurreição espiritual” (LOBO, 2008, p.24), uma vez que:

[...] instituições sodalícias e de difusão cultural foram criadas ou reformuladas como a Oficina dos Novos, a Renascença Literária, a Academia Maranhense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e a Biblioteca Pública do Estado; formas criadas instituições escolares como a Escola Normal, a Escola de Música, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia. (MARTINS, 2006, p. 134).

Destarte, podemos observar que os espaços de discussões, de distintas formas de escrita e de criação de marcos histórico-culturais (tais como os mencionados acima), proporcionado pelos Novos Atenienses configuraram, nas palavras de Lobo (2008, p.30), uma transmissão “ao futuro a memória do presente”. De certo, tentando manter a tradição de uma literatura local, o legado deixado por esse grupo faz-nos pensar na própria importância do passado enquanto forma de reconfi-

gurar o presente, bem como leva-nos a refletir sobre como o ideal de continuidade e manutenção de um símbolo – no caso a Atenas Brasileira – representa, muitas vezes, um ponto de coesão e reconhecimento de um povo.

4 *VENCIDOS E DEGENERADOS* E O IMAGINÁRIO DE UMA SÃO LUÍS DECADENTE: O LUGAR DOS EXCLUÍDOS

Eagleton (2011, p.19) afirma que, muitas vezes, “entender a literatura significa entender todo o processo social do qual ela faz parte”. Essa premissa relaciona-se diretamente com diversas obras da literatura maranhense – sobretudo as escritas a partir da segunda metade do XIX até as décadas iniciais do século XX – que apresentaram como viés a discussão do cenário da escravidão no Brasil e suas consequências para os escravizados e para a sociedade. Assim, prosadores – como Maria Firmina dos Reis, Aluísio Azevedo, Alfredo de Assis, José do Nascimento Moraes – e poetas – a exemplo de Trajano Galvão e Celso Magalhães – escreveram obras literárias através das quais é possível refletirmos sobre nossa formação cultural, a respeito das bases das relações sociais no país, assim como muitos dos estigmas formados no passado e enraizados no bojo social.

Nessa ótica, o romance *Vencidos e Degenerados* (1915) – de José do Nascimento Moraes – é um escrito que tem por mote a apresentação da cidade de São Luís a partir do último dia da escravidão e o começo de uma nova página para a história quando da chegada do telegrama oficializando o término dessa obscura “prática”. Dessa forma, a principal simbologia da obra refere-se ao impacto da Lei Áurea no cotidiano dos cidadãos e dos filhos d’África, mostrando que, apesar de tornar livres os cativos, o texto legal não foi suficiente para tornar-lhes a vida fora do cativo minimamente possível. Em meio a esse cenário, há uma visão arguta sobre a reorganização da estrutura social da cidade de São Luís, modificada pela inclusão dos novos livres e repleta de esperança, resignação, disputas e arraigada pelo preconceito.

Conforme mencionado, a narrativa traz como paisagem inicial o semblante de grandes expectativas para o fim da escravidão, uma ruptura histórica que legaria à sociedade amplas discussões sobre *como viveriam os negros e mulatos após a liberdade*. Assim, com exceção dos senhores de escravos, as ruas de São Luís são tomadas por pessoas de todas as esferas, as quais, tendo por porta-voz João Olivier – um celebrado jornalista e abolicionista – têm a seguinte perspectiva quanto ao que traria o 13 de maio de 1888:

[...] **O grande acontecimento** de ontem, que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa de sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças no peito. **A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas formas, novos elementos, novos aspectos.** Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência. (MORAES, 2000, p. 67, grifos nossos).

Notável é que esse acontecimento, na perspectiva do romance, representa a iminência de um *por vir*: a sensação de que todos os ex-cativos, além de livres, experimentariam a igualdade de condições para viver em sociedade. Não obstante, não é dessa maneira que “o amanhã” reconfigura-se, uma vez que a obra apresenta uma dura realidade para os novos livres – a falta de oportunidades de

emprego, a permanência dos preconceitos étnicos, a escassez de educação formal, a discriminação e diferenciação pelos vícios de uns e “virtudes” de outros. Assim, os personagens João Olivier e Carlos Bento Pereira, um professor “considerado um dos maiores políglotas, uma das mais vastas ilustrações de que se honrava o Maranhão, nesse tempo”. (MORAES, 2000, p. 74) traçam o que seria uma síntese e crítica ao desamparo a que os ex-escravos foram relegados:

Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus!

[...]

[Mas] Só se poderia dar semelhante transformação [na sociedade] se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político.

-Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder... (MORAES, 2000, p. 76-77)

É visível, pois, que a quebra das algemas da escravidão abalou a ordem social, para a qual “pertencer à primeira sociedade era possuir, pelo mesmo, duas ou três cabeças de negros” (MORAES, 2000, p.37). Entretanto, não mais a escravidão foi, na obra, o parâmetro para desigualdade social, mas sim outros fatores, tão segregadores quanto, os quais remontam às fissuras e às problemáticas marcadas na história e marcantes para construção de um passado e seus resquícios no presente e para o futuro. Assim, podemos relacionar a trama dos *vencidos* à natureza do romance proposta por Moisés (2013) quando afirma que:

Todas as metamorfoses do real, todas as formas de conhecimento cabem no perímetro do romance, assim transformado numa espécie de síntese ou de superfície refletora da totalidade do mundo. Dessa conjuntura provém a sua função gnoseológica: mais conhecimento que entretenimento, o romance permite ao escritor construir um projeto ambiciosamente globalizante das multiformes experiências humanas, e ao leitor, desfrutá-lo de modo privilegiado [...]; o prosador conhece o mundo por meio do romance, e, convida o leitor a fazer o mesmo percurso; não existe, nos quadrantes da criação literária, instrumento mais completo para se chegar a uma imagem totalizante do Universo. (MOISÉS, 2013, p.411-412).

As “metamorfoses do real” em *Vencidos e Degenerados* acontecem quando os personagens – filhos da escravidão e de “sua linhagem” – são postos à margem, ocupam, metaforicamente, as esquinas de uma cidade, vindo a configurar o grupo dos *excluídos* – aqueles que são construídos por meio da ênfase às suas vicissitudes e das difíceis e inglórias formas de sobreviver na sociedade. Em relação a esse grupo, citamos os que são os principais símbolos para a decadência moral e material na obra: Domingos Daniel Aranha, Andreza Vital, João da Moda e Zé Catraia. Descritos a partir de estigmas, esses personagens representam, respectivamente, a rudeza, a dominação e a sedução da escrava pelo seu senhor, o fruto dessa relação e o silenciamento daquele que não ocupa a posição do *dizer*.

Domingos Daniel Aranha e Andreza Vital nutrem, na narrativa, uma conturbada relação de amásios. Ele, que durante a escravidão foi capanga de seu senhor e por ele foi alforriado no leito de morte, “era um homem levado de carepa. Em todos os bairros de São Luís lhe sabiam o nome pelas bravatas que constantemente praticava” (MORAES, 2000, p. 41), era um perigoso “capoeira”, um “turbulento”, “um vagabundo” (idem, p.52) que, ao lado de seu amigo Olímpio Santos, era reconhe-

cido pelo apreço à *cana-capim* e pelo exercício da profissão de sapateiro. Por sua vez, Andreza Vital – liberta a partir da Lei Áurea – destacava-se pelo passado a que foi acometida – o envolvimento como o seu “sinhô moço” e pelo seu presente – uma mulher que, para ter o sustento, realiza trabalhos domésticos de aluguel e, constantemente, é protagonista de grandes vexames, devido ao consumo excessivo de bebidas alcóolicas, ao que sempre acode Cláudio Olivier – filho de Aranha e Andreza criado por João Olivier.

O tempo e as circunstâncias separaram esses dois personagens, ele, cumprindo as ordens de seu “dono”, acompanhou-o em expedições pelo interior do Maranhão; ela, permanecendo em São Luís, acabou por ceder às investidas do Coronel Magalhães, seu senhor, tendo por fruto dessa relação o personagem João da Moda, o qual é envolto em uma vida de sequelas por conta da conjuntura de sua origem.

Retratado em um universo degradante – “um refúgio dos desgraçados, dos perseguidos, dos vencidos da vida!” (MORAES, 2000, p.119) –, Moda surge na narrativa quando o personagem Neiva leva Cláudio Olivier para conhecer o reduto de poetas *vencidos* e toda sorte de pessoas desbragadas. Nessa ocasião, João da Moda conta ao visitante – o qual está inebriado – que, ao nascer foi dado como morto para sua mãe – e entregue a outrem por seu pai. Acrescenta à história que soube de sua raiz quando seu progenitor, até então desconhecido, está fugindo de Domingos Aranha e, buscando refúgio em seu modesto lar, narra o que havia feito com ele no passado.

O que eu previa, aconteceu: Aranha soube, quando chegou, que Andreza se transviara comigo. Só não soube do teu nascimento, porque eu vendi para fora as escravas que lhes assistiram o parto. Zumbiu-lhe aos ouvidos que a tinham visto grávida, mas ele nunca chegou à evidência do fato. Aranha desprezou tua mãe, e todo o seu ódio, todo seu o rancor contra mim se voltou. (MORAES, 2000, p. 123).

Assim, tendo vivido como escravo, sendo brutalmente retirado do convívio de sua mãe, tratado através da indiferença e covardia do pai e permanecendo como “um vencido” na vida, João da Moda “nos transmite o sentir de ontem, o ódio que se atuou outrora no seio de nossa sociedade e as histórias picantes, dramáticas, deliciosas e horrorosas dos tempos que lá se foram” (MORAES, 2000, p.125). Dessa forma, definidos sobre o ponto de vista da degradação moral, dos olhos segregadores e da execução de atividades laborais que rendem o mínimo para sobrevivência, Daniel Aranha, Andreza Vital e João da Moda são marcados por uma vida de lamúria, descontentamento e uma permanente busca por si em meio a tantos flagelos.

Outro personagem a integrar o grupo dos excluídos diz respeito a Zé Catraia, o qual – também liberto pela Lei Áurea – destaca-se por dois fatores: nos tempos de escravidão, era escravo de confiança de seu senhor, a respeito do qual conhecia “seus secretos negócios de contrabando” (MORAES, 2000, p.46) e é descrito como aquele que tudo conhecia da vida de todos, sobretudo dos detalhes mais obscuros, mascarados pela postura social ilibada de quem a tentava manter.

O personagem, à proporção que transcorreram as primeiras décadas do século XX, para sobreviver, aprende um novo ofício: tornou-se um sapateiro cuja principal marca de reconhecimento se dava por meio do vício que contraiu: o consumo excessivo de bebidas alcóolicas. Tornou-se, pois, aos olhos dos demais, um bêbado inveterado. O personagem, nesse sentido, tomou outra descrição: “Muito macilento, magro, olhos encovados, sujo, [...] tornara-se aquele sapateiro que se embriaga”.

(MORAES, 2000, p. 146). Nessa perspectiva, aquilo que presença não é levado em conta por quem é observado, suas palavras não interferem como ameaça, pois sua *nulidade* faz como ele não seja aceito pelos integrantes de outros grupos sociais, assim como há no seguinte fragmento:

- Entre depressa, entre Sr. Flávio – diz uma vozinha trêmula de mulher. E o tipo já se tendo levantado, num salto, alcançou o corredor, sem fazer barulho, em estardalhaço. A porta, rápida, fechou-se. E porque ele se demorasse, consertando-a da queda e do susto, eu ainda ouvi: - Mas c’o a breca! Eu nem tinha visto este homem! Quem é? Reconhecer-me-ia este **miserável**? Estamos perdidos!
- Não se importe, - respondeu ela. Ora você a incomodar-se com esse **idiota! É o Zé Catraia**. (MORAES, 2000, p. 148-149, grifo nosso)

Com essa mudança de *ser*, o outrora orador popular, não abandona seu costume de observar minuciosamente os sujeitos com quem vive. Entretanto, inserido em outra posição, é menosprezado. Passa a ser visto como uma sombra social, pois ao ver dos demais, seu existir e enunciar não deveriam ser levados em consideração por aqueles que se valiam do discernimento da razão.

[...] homem do povo, conhecedor das misérias de sua terra, da hipocrisia de muita gente e o como dos capitais dos ricos. [...] Obscuro, desprezado, sem amigos, sem recurso, levando uma existência miserável. [...] Vivia mergulhado, sem princípio nem fim, não invejava a boa fortuna dos graúdos. Ali, onde o viam, era dos poucos que sabiam e podiam desprezar os miseráveis, rir do despudor hipócrita, fotografar a eterna comédia da vida. (MORAES, 2000, p. 154).

Catraia é, na obra, símbolo de degeneração e decadência moral, fruto da exclusão que o assolava. O personagem, que sabia os meios pelos quais os *homens de bem* ascenderam socialmente, limitava-se a observar: um expectador da sociedade, a quem era reservada apenas sua margem.

Ressaltamos ainda que o sentido da exclusão no romance não se restringe àqueles que, aos olhos da sociedade, são repletos de vícios ou apenas não detinham o capital econômico, já que alguns personagens que detinham o saber e a intelectualidade também sofriam com a dificuldade de meios para produzir e difundir seus escritos. Nesse arcabouço, destacamos três personagens da narrativa: João Olivier, Cláudio Olivier e Carlos Bento Pereira, os quais se encarregam de tecer ácidas críticas à situação do marasmo configurador da cidade e, no caso de Cláudio, há a tentativa de trazer a São Luís um novo sopro de atividades literárias e jornalísticas.

Percorrendo uma trajetória de destaque, de embate e saída da terra natal em busca de meios para sustentar a família, João Olivier – “um mestiço que com dificuldade se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros” (MORAES, 2000, p.28) –, atuou, primeiramente, como destacado abolicionista, um jornalista de estrela maior, que compunha a linha de frente nos debates acerca dos males da escravidão e sobre o contexto de crise e decadência de sua cidade. Assim, pois, é apresentado na narrativa:

Olivier colocado com desassombro num dos mais afamados periódicos da província, foi um dos maiores elementos contra a escravidão. E, como se não bastasse a sua ação na imprensa, onde ele, com vigor e até certa violência, doutrinava, repisava o assunto na conversação, descrevendo negras cenas de selvageria desconhecida na capital e que se davam no interior, nas fazendas, e cujas notícias lhe chegavam por intermédio de cartas que raríssimos amigos lhe escreviam de lá, ou que, escravos vendidos e que vinham para a capital, contavam a tremer e espavoridos. (MORAES, 2000, p.32).

O espírito combativo de Olivier perdurou por muito tempo e, como não se dava valor ao seu

ofício e não fazia parte do grupo político “de posição do período” – ao qual tecia ásperas críticas –, acabou ficando sem fonte de renda e sendo largamente perseguido e silenciado. Esse fato levou o cronista ao mais completo esquecimento na terra que foi palco de suas mais brilhantes ideias. Dessa forma, antes de ir buscar trabalho em Belém – onde seu nome foi reconhecido – e de lá voltar debilitado e vir a óbito, o personagem passa pelos seguintes transtornos:

João Olivier [...] o vibrante e inesquecível cronista maranhense morrera ao voltar de Belém, para onde fora, depois de alguns anos de ostracismo em sua terra. O grupo político contrário ao que ele pertencia galgou o governo definitivamente. Olivier aguentou [apenas] os primeiros anos de perseguição. Dava-lhe o ordenado de guarda-livros, o qual, por causa das péssimas condições do comércio, fora reduzido para as despesas mais urgentes. A crônica não lhe rendia nada. A imprensa maranhense é formada por um grupo de rapazes que gratuitamente trabalham, contentando-se com o representá-la nos bailes, nas festas, nos banquetes e no teatro.

Olivier era um destes abnegados. A perseguição de que era vítima, em parte ocasionada por essa imprensa a quem ele servia por amor à arte, apresentou-se furiosa e insolente na casa comercial onde ele era empregado; impôs-se, por fim, ao patrão, e o desditoso guarda-livros começou a sentir o fel da indiferença. (MORAES, 2000, p.98).

Ao lado de João Olivier, sempre esteve o professor Carlos Bento Pereira – um homem cujas ideias são descritas como “superiores” e exemplo de lucidez quanto à situação de depauperamento do estado e também quanto ao discernimento do que faltava para o quadro social mudar: vontade política, falta de inclusão e investimento na educação, bem como modificação no modelo econômico vigente e postos de trabalho que abarcassem igualitariamente a todos. Nesse sentido, o grande feito do personagem concerne à escrita do *Panfleto (síntese social e política)* sobre a situação do Maranhão, que estava em um malogrado processo de decadência.

Representando os intelectuais que “não saem de sua terra”, Carlos Bento não consegue visibilidade para o exercício que possuía. Da mesma forma, após anos redigindo o *Panfleto*, não o divulga, tornando-o mais um manifesto que não encontra ressonância. Por fim, envolvendo-se com escritores de *estrela menor*, foi sendo subsumido, tendo por desfecho aquilo que condiz, na obra, com o lugar de pessoas de seu calibre: o amargo esquecimento e a plena miséria.

Outro intelectual da obra que sofreu inúmeros percalços em sua trajetória letrada, concerne a Cláudio Olivier – filho adotivo de João Olivier – que passou a ser a base para o sustento de sua família. O jovem, inconformado com a letargia literária de São Luís, consolida, com um grupo de amigos, o *Grêmio Gonçalves Dias*, bem como é um dos principais entusiastas para a fundação do jornal *O Campeão*. Como essa proposta foi elaborada por um rapaz que mal concluía os estudos e outros de quem “não se tinha conhecimento ou notabilidade social”, houve grande incredulidade sobre o potencial do grupo, opinião que não abalou os objetivos traçados:

Os gremistas fecharam os ouvidos ao falar mal e continuaram a secundar esforços. Saiu o segundo número, o terceiro, o quarto. Os jornais da terra que não souberam estimular os náveis intelectuais que, com tanto ardor, se entregavam às pugnas das letras, tiveram que envergonhar-se com os elogios que chegavam da imprensa de outros Estados, os quais eram propositadamente transcritos pelo *Campeão*. (MORAES, 2000, p. 107).

Não obstante, além da falta de recursos próprios para manter a unidade do grupo, houve um enfrentamento aos jovens intelectuais. Isso porque, inconformados com a evidência dos *vencidos* da

terra, os que simbolizam o outro lado do escopo social, trouxeram a lume o *Clube Odorico Mendes* e o jornal *O Triunfo* não só para fazer frente a *O Campeão*, mas principalmente para evitar que uma “imprensa menor” desse destaque à arraia miúda da sociedade.

- **Vejam o futuro que há de vir por** aí! Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados **de um** Cláudio Olivier, **de um** Plácido Monteiro, que naturalmente virão ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições!... [...] Era preciso reagir. (MORAES, 2000, p. 108, grifos nossos).

O futuro que “estaria por vir” foi cerceado, o *Grêmio Gonçalves Dias* e o jornal *O Campeão* foram dissolvidos, seus integrantes – que em sua maioria dependiam de mesadas e empregos conseguidos por outrem – foram aos poucos abandonando o ideal de renovação literária, os debates e as escritas de artigos de cunho político-social. Cláudio Olivier, aconselhado por seu pai biológico Daniel Aranha, deixa São Luís e encontra no Amazonas um reduto em que pôde exercer aquilo que não conseguia em seu berço – um espaço que lhe possibilitasse difundir suas ideias sem que elas fossem julgadas por quem as escreve, mas sim pelo que apresentam.

A partir do exposto, personagens como os aqui analisados, são considerados, na visão de Lukács (2009) e Goldmann (1976), *heróis problemáticos*, já que o desenvolvimento e os conflitos pelos quais passam ocorrem em um lugar fragmentado pela ordem social e também pela ordem interior que lhes é própria. Nesse sentido, em *Vencidos e Degenerados*, observamos aquilo que Goldmann (1976, p. 9) apresenta como uma “ruptura insuperável no romance: a comunidade do herói e do mundo resulta, pois, do fato de ambos estarem degradados”. A obra, pois, é tecida em um âmbito de tensões, em uma cidade cujo cotidiano é cinzento e decadente e sua população, em sua grande maioria, carrega estigmas que os levam à exclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e se desenraizam preconceitos” (MORAES, 2000, p.88) é o que João Olivier diz a seu filho Cláudio quando este sofria com o olhar discriminatório que lhe era destinado por colegas de classe. Essa frase diz muito de uma das principais temáticas de *Vencidos e Degenerados* (1915), romance criado dentro de um “círculo” de discussões sobre a decadência generalizada no estado do Maranhão.

Conforme visto, fazer uma análise a respeito do lugar dos “excluídos” da cidade de São Luís a partir da obra de Moraes é mostrar como, de uma atmosfera ficcional, emergem muitos anseios e perspectivas que circundam a formação de um povo e como este, por sua vez, é importante para compor as representações de seu lugar de origem. Podemos observar como o fio da memória, às vezes, equipara-se a um nó de complexidades, reverte-se em imagens/projeções de momentos de choques e/ou conformações de uma época. Nessa conjuntura, notamos que o romance mantém relações essenciais com o fator social, que “se não explica a essência do fenômeno artístico, ajuda a compreender a formação e o destino das obras; e, neste sentido, a própria criação”. (CANDIDO, 2006, p.49).

Ressaltamos, pois, que São Luís, no enredo abordado, é uma cidade marcada pela desigualdade social, exclusão e segregação, principalmente dos antigos cativos. Nesse contexto de graves problemas, é de uma fina ironia uma das últimas passagens da obra que, indo “da Rua da Cruz até à Praça

João Lisboa” mostra a comemoração acerca do *15 de novembro* no Teatro São Luís. Nessa ocasião havia espaço apenas para os representantes da elite ludovicense. Nesse sentido, aqueles que apareceram em uma figura central no início da narrativa – os negros, pobres e os intelectuais sem meios para desenvolverem-se – eram apenas expectadores de uma cidade em que “o primeiro que foi recebido com pancadaria da banda de música foi o governador do Estado, e [...] o Dr. Álvares Rodrigues, com sua excelentíssima esposa, filha do coronel pacato e dinheirudo”. (MORAES, 2000, p.278).

Em suma, podemos notar que *Vencidos e Degenerados* traz a lume uma ampla descrição a respeito das relações sociais em uma São Luís decadente, deixando nítido como o estatuto de classes, acentuado após o término da escravidão, era uma expressão fundamental para as representações formuladas para cada partícipe social. Esse teor dá ênfase à necessidade de políticas que abrangessem o anseio da população por melhorias nas condições de vida e pelo alcance da tão esperada mudança a partir do dia 13 de maio de 1888.

The place of the excluded ones in a ruined São Luís:
a view of the novel *vencidos e degenerados*

ABSTRACT

The present article, based on the novel *Vencidos e Degenerados*(1915), of the writer José do Nascimento Moraes, shows us a point of view of the daily activities of the excluded ones in a São Luís passed by social decay. For that, we discuss about two analytical views: the abolition of the slavery of the black and mixed people and the following *place* and discusses about them, also the conflicts in relation to the development of the letters fomented by the small group – intellectuals who, because of the position that they occupied in the society and the lack of investments to stay in themotherland – have seen themselves privated in relation to the profession of writing and spread their ideas. It's important to say that the narrative is placed in the period of the *intellectual reborn* idealized by the group of the *Novos Atenienses*, which were highlighted by the desire of revive the myth of the *Atenas Brasileira*.

Keywords: Excluded people. Novos Atenienses. Literature and society.

REFERÊNCIAS

- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma athenas equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. São Luís: Edfunc, 2010.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 9 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2006.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Trad. de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). **Os atenienses e a invenção do cânone nacional**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.
- LOBO, Antônio. **Os Novos atenienses**. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. 34. ed. São Paulo: Duas cidades, 2000
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
- MORAES, José do Nascimento. **Vencidos e Degenerados**. 4 ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.
- POUND, Ezra Pound. **ABC da literatura**. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SHÜLER, Donald. **Teoria do Romance**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BIOGRAFIA

José Dino Costa Cavalcante

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1995), mestrado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2000) e doutorado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2005). É professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Tem experiência na área de Estudos Literários, com ênfase em Literatura Brasileira. Desenvolve pesquisas nas áreas de História da Literatura, Literatura e Sociedade e Literatura Maranhense. É membro permanente do corpo docente do Mestrado em Letras da UFMA. Sua linha de pesquisa é Literatura, História e Sociedade.

Paloma Veras Pereira

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (2013) e especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (2015). É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Desenvolve pesquisas nas áreas de Literatura e Sociedade e Literatura Maranhense.